

**Banco Bradescard S.A.**

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado de serviços financeiros, com destaque no crédito ao consumidor por meio da emissão e gestão de cartões de crédito *private label*, cartões de crédito das bandeiras MasterCard, Elo e Visa, e produtos de crédito pessoal.

A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias com redes de varejo.

No exercício, o Bradescard registrou Lucro Líquido de R\$ 63 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 2.799 milhões e Ativos Totais de R\$ 8.396 milhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Barueri, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2016	2015
ATIVO		2016	2015		
CIRCULANTE	5.969.754	5.188.852	5.188.852	4.036.571	3.274.938
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2.669	1.291	1.291	212.960	5.671
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	271.071	425.191	425.191	2.342	3.577
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 4)	-	180.060	180.060	208.706	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	249.131	249.131	1.912	2.094
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	15	-	-	20.627	29.107
Carteira Própria	15	-	-	20.627	29.107
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.192	1.750	1.750	3.802.984	3.240.160
Créditos Vinculados	61	530	530	1.440	1.515
Correspondentes	1.132	1.220	1.220	597	2.826
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	2.193.750	1.887.701	1.887.701	52.495	52.495
Operações de Crédito - Setor Privado	3.513.827	2.692.323	2.692.323	3.782.453	3.183.324
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.319.877)	(804.622)	(804.622)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	3.407.294	2.802.812	2.802.812	-	-
Rendas a Receber	2.325	129	129	781	796
Diversos (Nota 8)	3.554.122	2.932.367	2.932.367	781	796
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(149.153)	(129.684)	(129.684)	1.560.136	1.426.324
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	93.752	66.107	66.107	1.434.405	1.307.493
Outros Valores e Bens	4.827	9.223	9.223	125.731	118.831
Despesas Antecipadas	88.935	56.884	56.884	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.255.277	2.092.326	2.092.326	2.798.793	2.736.567
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	209.092	215.159	215.159	-	-
Operações de Crédito - Setor Privado	217.795	224.412	224.412	1.991.716	1.991.716
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.703)	(9.253)	(9.253)	807.077	744.851
OUTROS CRÉDITOS	2.046.185	1.877.167	1.877.167	-	-
Diversos (Nota 8)	2.046.221	1.877.184	1.877.184	-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(36)	(17)	(17)	-	-
PERMANENTE	171.250	157.447	157.447	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 10)	99.188	84.485	84.485	-	-
Participações em Coligadas:					
- No País	99.188	84.485	84.485	-	-
Outros Investimentos	1.192	1.192	1.192	-	-
Provisões para Perdas	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	11.792	13.825	13.825	-	-
Outras Imobilizações de Uso	45.713	43.371	43.371	-	-
Depreciações Acumuladas	(33.921)	(29.546)	(29.546)	-	-
DIFERIDO (Nota 12a)	27.380	27.380	27.380	-	-
Gastos de Organização e Expansão	-	213.940	213.940	-	-
Amortização Acumulada	-	(186.560)	(186.560)	-	-
INTANGÍVEL (Nota 12b)	60.270	31.757	31.757	-	-
Ativos Intangíveis	495.797	118.859	118.859	-	-
Amortização Acumulada	(435.527)	(87.102)	(87.102)	-	-
TOTAL	8.396.281	7.438.625	7.438.625	8.396.281	7.438.625

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.119.024	2.071.756	1.761.116
Operações de Crédito (Nota 7g)	1.097.774	2.023.774	1.698.753
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	18.355	41.353	59.054
Resultado de Câmbio	70	(458)	416
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	10
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	3.169	7.087	12.873
DESPA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	820.420	1.408.014	894.373
Operações de Captação de Mercado (Nota 13b)	9.085	9.224	4.743
Operações de Empréstimos e Repasses	781	781	781
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	810.554	1.398.009	889.630
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	298.604	663.742	866.743
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(250.603)	(480.089)	(511.123)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	392.486	757.961	648.197
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(33.184)	(59.237)	(45.619)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(410.152)	(739.311)	(623.544)
Despesas Tributárias (Nota 20)	(86.816)	(161.360)	(139.828)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 10)	7.538	14.830	13.585
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	138.329	258.689	249.441
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(258.804)	(551.864)	(613.355)
RESULTADO OPERACIONAL	48.001	163.653	355.620
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.852)	(1.852)	355.620
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	46.149	181.801	355.620
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(31.687)	(118.978)	(58.214)
Imposto de Renda	(39.840)	(108.303)	(115.216)
Contribuição Social	(32.286)	(84.959)	(87.699)
Ativo Fiscal Diferido	40.439	74.294	144.701
LUCRO LÍQUIDO	14.462	62.823	297.406
Número de ações (Nota 16a)	3.216.661,926	3.216.661,926	3.216.661,926
Lucro por lote de mil ações em R\$	4,50	19,53	92,46

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Banco Bradescard S.A., estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles pontuais e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões de créditos, fiscais e trabalhistas e perdas por redução do valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Em 30.12.2016, foi firmado o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Leader S.A. Administradora de Cartões de Crédito (Leader) pelo Banco Bradescard S.A., mediante versão de parcela do Patrimônio Líquido da Leader para o Bradescard, efetivado em 31.12.2016, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31.7.2016, conforme demonstrativo abaixo:

	ATIVO	PASSIVO
Disponibilidades	575	-
Títulos e valores mobiliários	45.139	-
Outros créditos	275.095	-
Permanente	9.310	-
Outras obrigações	-	134.940
Patrimônio líquido	-	195.179
Total	330.119	330.119

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Auração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	D
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	B
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no nível, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão reconhecidos quando da utilização ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2017.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes da Avaliação Patrimonial		Totais
		Legal	Estatutária	Próprias	Lucros Acumulados	
Saldos em 30.6.2016	1.991.716	55.823	736.929	-	-	2.784.468
Lucro Líquido	-	-	-	-	14.462	14.462
Destinações - Reservas	-	723	13.602	-	(14.325)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(137)	(137)
Saldos em 31.12.2016	1.991.716	56.546	750.531	-	-	2.798.793
Saldos em 31.12.2014	1.991.716	38.535	411.736	(3)	-	2.441.984
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	3	-	3
Lucro Líquido	-	-	-	-	297.406	297.406
Destinações - Reservas	-	14.870	279.710	-	(294.580)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.826)	(2.826)
Saldos em 31.12.2015	1.991.716	53.405	691.446	-	-	2.736.567
Lucro Líquido	-	-	-	-	62.823	62.823
Destinações - Reservas	-	3.141	59.085	-	(62.226)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(597)	(597)
Saldos em 31.12.2016	1.991.716	56.546	750.531	-	-	2.798.793

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	46.149	181.801	355.620
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	810.554	1.398.009	889.630
Depreciações e Amortizações	9.921	17.676	12.935
Amortização de Ativo	5.665	11.330	11.330
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	115.626	234.163	202.048
Resultado de Participações em Coligadas	(7.538)	(14.830)	(13.585)
Lucro Líquido Ajustado Antes dos Impostos	980.3		



Banco BradesCard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias		91 a 180 dias	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações no mercado aberto:				
Posição bancada	271.071	-	271.071	180.060
Letras do tesouro nacional	271.071	-	271.071	180.060
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	249.131
Total em 2016	271.071	-	271.071	429.191
Total em 2015	180.060	249.131	429.191	-

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Posição bancada	34.320	24.764
Depósitos interfinanceiros	5.681	34.129
Total (Nota 6b)	40.001	58.893

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Curso normal											
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 90 dias		91 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias	
	2016		2015		2016		2015		2016		2015	
Operações de crédito												
Empréstimos e títulos descontados	1.359.209	132.457	95.796	226.180	210.695	213.448	2.237.785	42,3	1.958.320	40,8		
Outros créditos (1)	752.776	834.353	464.041	678.366	325.351	1.448	3.056.335	57,7	2.574.425	59,2		
Total em 2016	2.111.985	966.810	559.837	904.546	536.046	214.896	5.294.120	100,0	4.532.745	100,0		
Total em 2015	875.035	1.690.266	505.080	780.753	459.504	222.107			4.532.745	100,0		

b) Modalidades e prazos

	Curso anormal											
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 90 dias		91 a 180 dias		181 a 360 dias		Acima de 360 dias	
	2016		2015		2016		2015		2016		2015	
Operações de crédito												
Empréstimos e títulos descontados	92.905	109.404	117.723	406.404	6.077	735.758	1.462.194	100,0	943.425	100,0		
Total em 2016	92.905	109.404	117.723	406.404	6.077	735.758	1.462.194	100,0	943.425	100,0		
Total em 2015	76.336	84.407	85.887	255.134	441.661				943.425	100,0		

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2016	2015	
Operações de crédito												
Empréstimos e títulos descontados	415	1.916.354	140.422	166.825	136.817	142.201	140.536	134.692	953.160	3.731.422	55,0	2.916.735
Outros créditos	1.156	2.917.837	41.336	49.690	16.609	7.819	6.077	5.225	110.586	3.056.335	45,0	2.574.425
Total em 2016	1.571	4.834.191	181.758	216.515	153.426	150.020	146.613	139.917	1.063.746	6.787.757	100,0	5.491.160
Total em 2015	1.525	4.068.458	170.092	183.255	120.811	107.828	97.796	88.809	652.586	5.491.160	100,0	46,9

c) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão			
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vencidas	Genérica	Excedente
AA	-	1.571	-	1.571	-	-	-	-	-
A	0,5	4.734.191	-	4.734.191	69,7	-	-	23.671	159
B	1,0	104.164	77.594	181.758	2,7	755	21	1.042	5.362
C	3,0	121.274	95.241	216.515	3,2	2.768	90	3.638	15.048
Subtotal		4.961.200	172.835	5.134.035	75,6	3.523	111	28.351	50.736
D	10,0	48.818	104.608	153.426	2,3	10.133	328	4.882	30.608
E	30,0	25.132	124.888	150.020	2,2	36.590	887	7.539	74.935
F	50,0	18.818	127.795	146.613	2,2	62.452	1.446	9.409	29.249
G	70,0	15.929	123.988	139.917	2,1	84.965	1.825	11.150	41.905
H	100,0	224.223	639.523	863.746	15,6	824.911	14.612	224.223	1.063.746
Subtotal		332.920	1.320.802	1.653.722	24,4	1.019.041	19.099	287.203	1.316.691
Total em 2016		5.294.120	1.453.637	6.747.757	100,0	1.022.564	19.209	285.554	1.504.442
Total em 2015		78,0	22,0	100,0		69,2	1,3	19,3	10,2
		4.532.745	958.415	5.491.160		612.199	7.405	216.017	107.955
		82,5	17,5	100,0		64,9	0,8	22,9	11,4

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	% (1)	2015	% (1)
Maiores devedores	1.889	-	2.138	-
Dez maiores devedores	3.150	-	3.489	0,1
Vinte maiores devedores	3.808	0,1	3.960	0,1
Cinquenta maiores devedores	5.210	0,1	5.232	0,1
Cem maiores devedores	6.820	0,1	7.048	0,2

(1) Em relação ao total da carteira - critério BACEN.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Setor privado	6.787.757	100,0	5.491.160	100,0
Indústria	1.918	0,1	2.894	0,1
Comércio	366	-	423	-
Serviços	51	-	190	-
Pessoa física	6.785.422	99,9	5.487.653	99,9
Total	6.787.757	100,0	5.491.160	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial	943.576	927.088
- Provisão específica (1)	619.604	531.975
- Provisão genérica (2)	216.017	212.171
- Provisão excedente (3)	107.955	82.942
Incorporação Leader (Nota 2)	174.899	889.630
Constituição (liquida de reversões)	1.223.110	(773.142)
Baixas para prejuízo	(863.816)	(773.142)
Saldo final	1.477.769	943.576
- Provisão específica (1)	1.041.773	619.604
- Provisão genérica (2)	285.554	216.017
- Provisão excedente (3)	150.442	107.955
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	152.550	152.431
Renegociação de créditos no exercício	490.483	404.617

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas".

Empresa	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Participação no capital social %		Lucro líquido ajustado		Resultado de equivalência patrimonial	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Imagra Imobiliária Agrícola	127.700		276.125		45,872		41.324		99.188	
Total							41.324		99.188	

11) IMOBILIZAÇÃO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação		
				2016	2015	
Instalações	10%	762	(247)	515	104	
Móveis, máquinas e equipamentos	10%	358	(218)	140		
Sistema de processamento de dados	20%	44.189	(33.055)	11.134	13.716	
Sistema de comunicação	10%	404	(401)	3	5	
Total em 2016		45.713	(33.921)	11.792	13.825	
Total em 2015		43.371	(29.546)	13.825	-	

12) DIFERIDO E INTANGÍVEL

a) Diferido (1)
Em 2015, corresponde ao Ágio de incorporação da Gopic Participações Ltda., cujo valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 27.380 mil e amortização acumulada de R\$ 186.560 mil.

(1) Reclassificação para o ativo intangível, conforme Resolução nº 4.534 de 24 de novembro de 2016.

b) Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Prazo	Taxa (1)	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
					2016	2015
Ágio de incorporação (2)	1.5.2018	20%	213.940	(197.890)	16.050	31.757
Software (3)			281.857	(237.637)	44.220	107.955
Total em 2016			495.797	(435.527)	60.270	139.712
Total em 2015			118.859	(87.102)	31.757	-

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;
(2) Ágio adquirido na incorporação da Gopic Participações Ltda. em 30.6.2008, com cota mensal de amortização de R\$ 944 mil até 1.5.2018; e
(3) Software adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

13) DEPÓSITOS

a) Composição:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias		31 a 180 dias		181 a 360 dias	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Depósitos:						
- À vista	2.342	-	-	-	2.342	3.577
- À prazo	181	1.065	666	678	103	2.890
- Interfinanceiros	208.706	-	-	-	208.706	-
Total em 2016	211.229	1.065	666	678	103	213.741
Total em 2015	98,8	0,5	0,3	0,3	0,1	100,0
	3.759	1.168	744	693	103	6.467
	58,1	18,1	11,5	10,7	1,6	100,0

b) Despesas com operações de captação do mercado

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	8.948	4.381
Depósitos à prazo	268	323
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	9	39
Total	9.224	4.743

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCALIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como prov

continuação



Banco BradesCard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	62.823	297.406
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(3.141)	(14.870)
Base de cálculo	59.682	282.536
Dividendos propostos sobre o lucro do exercício	597	2.826
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,19	0,88

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	2016	2015
Rendas com cartões de crédito (1)	498.104	431.652
Comissões	259.184	215.819
Outras	673	726
Total	757.961	648.197

(1) Inclui tarifas bancárias.

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	26.508	22.085
Provisões para processos trabalhistas	13.347	5.843
Encargos sociais	8.920	7.801
Benefícios	6.510	6.170
Participação dos empregados no lucro	3.600	3.600
Outras	352	320
Total	59.237	45.619

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros	334.080	254.796
Comunicações	168.352	126.127
Serviços do sistema financeiro	63.146	74.327
Processamentos de dados	63.078	49.203
Materiais e energia	31.139	34.547
Depreciações e amortizações	29.006	24.265
Transporte	20.231	22.410
Propaganda, promoções e publicidade	14.482	18.971
Manutenção e conservação de bens	4.450	6.000
Aluguéis e arrendamento de bens	3.459	2.771
Viagens	1.769	2.249
Contribuições filantrópicas	1.047	1.919
Outras	5.072	5.959
Total	739.311	623.544

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	112.521	95.530
PIS	18.966	15.564
Impostos sobre serviços - ISS	16.138	13.339
Outras	13.835	15.395
Total	161.360	139.828

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2016	2015
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	100.981	94.044
Reversões de provisões civis	32.841	131.979
Recuperação de encargos e despesas (1)	17.723	83.881
Reversões de outras provisões operacionais	39.955	9.335
Atualização SELIC	16.403	13.948
Descontos obtidos	21.951	15.140
Reversões de despesas operacionais	3.347	6.043
Reversões de provisões trabalhistas	37	5.834
Outras	25.441	11.632
Total	258.589	249.441

(1) Referem-se substancialmente ao ressarcimento de despesas operacionais pelo Banco CBSS S.A., pela utilização da estrutura tecnológica do BradesCard.

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2016	2015
Despesas de comercialização de cartão de crédito	160.300	284.838
Despesas de provisões civis	167.175	131.979
Atualização monetária passiva (1)	111.912	106.055
Descontos concedidos em renegociações	46.017	44.879
Perdas operacionais	23.706	23.503
Despesas com outras provisões	8.910	3.849
Outras	33.641	18.252
Total	551.611	613.355

(1) Referem-se substancialmente à atualização das provisões de contingências fiscais.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Disponibilidades	2.487	1.190	-	-
Aplicações no mercado aberto	271.071	180.060	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	249.131	-	-
Dividendos a receber	-	-	141	129
Outros ativos	-	-	5.007	10.174
Passivos				
Depósitos à vista	-	-	(1)	(3)
Depósitos interfinanceiros	(208.706)	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	(597)	(2.826)
Outros passivos	-	-	(502)	(306)

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas	
	2016	2015	2016	2015
Resultado				
Recetas de intermediação financeira	40.001	58.893	-	-
Despesas de intermediação financeira	(8.948)	-	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	-	-	32.676	45.607

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia absoluta de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Devo mentir para os clientes a pedido do meu chefe?

Acesse o blog Divã Executiva no site do Valor Econômico e conheça essas e outras questões de nossos leitores, respondidas por especialistas em gestão de carreira.

Leia em:
www.valor.com.br
/carreira/diva-executivo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado de serviços financeiros, com destaque no crédito ao consumo por meio da emissão e gestão de cartões de crédito private label, cartões de crédito das bandeiras MasterCard, Elo e Visa, e produtos de crédito pessoal.

A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias com redes de varejo.

No exercício, o Bradescard registrou Lucro Líquido de R\$ 63 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 2.799 milhões e Ativos Totais de R\$ 8.396 milhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Barueri, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Table with columns for 2016, 2015, and 2015. Rows include ATIVO CIRCULANTE, DISPONIBILIDADES, APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ, etc.

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

Table with columns for 2º Semestre 2016, Exercícios findos em 31 de dezembro 2016, and 2015. Rows include RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, DESPESA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, etc.

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Table with columns ATIVO and PASSIVO. Rows include Disponibilidades, Títulos e valores mobiliários, etc.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Período de atraso (1)

Table with columns for classification of clients based on delinquency period (e.g., de 15 a 30 dias, de 31 a 60 dias).

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrua) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

Table with columns for ACE SEGURADORA S.A., BANCO BRADESCARD S/A, CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS, etc.



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 04.184.779/0001-01
 Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

O investimento em empresa coligada, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Ativo diferido

O valor remanescente estava registrado até 2015 pelo custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. Eram compostos por:

- Rentabilidade futura/Ágio de incorporação
 Eram registrados e amortizados, quando aplicável, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357/08 do BACEN.

l) Ativo intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

- **Software**
 São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data de sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

n) Depósitos

São demonstrados pelos valores de exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Curso normal							Total em		Total em	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 (A)	%	2015 (A)	%	
Operações de crédito											
Empréstimos e títulos descontados.....	1.359.209	132.457	95.796	226.180	210.695	213.448	2.237.785	42,3	1.958.320	40,8	
Outros créditos (1).....	752.776	834.353	464.041	678.366	325.351	1.448	3.056.335	57,7	2.574.425	59,2	
Total em 2016	2.111.985	966.810	559.837	904.546	536.046	214.896	5.294.120	100,0	4.532.745	100,0	
Total em 2015	875.035	1.690.266	505.080	780.753	459.504	222.107			4.532.745	100,0	

	Curso anormal							Total em		Total em	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2016 (B)	%	2015 (B)	%	
Operações de crédito											
Empréstimos e títulos descontados.....	92.905	109.404	117.723	406.404	735.758	1.462.194	1.462.194	100,0	943.425	100,0	
Total em 2016	92.905	109.404	117.723	406.404	735.758	1.462.194			943.425	100,0	
Total em 2015	76.336	84.407	85.887	255.134	441.661				943.425	100,0	

	Curso anormal						Total em			Total Geral em				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2016 (C)	%	2015 (C)	%	2016 (A+B+C)	%	2015 (A+B+C)	%
Operações de crédito														
Empréstimos e títulos descontados.....	4.688	4.344	3.418	7.407	7.239	4.347	31.443	100,0	14.990	100,0	3.731.422	55,0	2.916.735	53,1
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.056.335	45,0	2.574.425	46,9
Total em 2016	4.688	4.344	3.418	7.407	7.239	4.347	31.443	100,0	14.990	100,0	6.787.757	100,0	5.491.160	100,0
Total em 2015	1.781	1.566	1.343	3.030	3.913	3.357			14.990	100,0			5.491.160	100,0

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco										2016		2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	%	%	%	%	
Operações de crédito														
Empréstimos e títulos descontados.....	415	1.916.354	140.422	166.825	136.817	142.201	140.536	134.692	953.160	3.731.422	55,0	2.916.735	53,1	
Outros créditos.....	1.156	2.817.837	41.336	49.690	16.609	7.819	6.077	5.225	110.586	3.056.335	45,0	2.574.425	46,9	
Total geral em 2016	1.571	4.734.191	181.758	216.515	153.426	150.020	146.613	139.917	1.063.746	6.787.757	100,0	5.491.160	100,0	
%.....	-	69,7	2,7	3,2	2,3	2,2	2,1	1,9	15,6					
Total geral em 2015	1.525	4.068.458	170.992	183.255	120.811	107.828	97.796	88.809	652.586	5.491.160	100,0	5.491.160	100,0	
%.....	-	74,1	3,1	3,3	2,2	2,0	1,8	1,6	11,9					

c) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisão requerido	Carteira				Específica				Provisão			
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Vencidas	Vencidas	Genérica	Excedente	Total	%	Total	%
AA.....	-	1.571	-	1.571	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	4.734.191	-	4.734.191	69,7	-	-	23.671	159	23.830	1,6	20.522	2,2
B.....	1,0	104.164	77.594	181.758	2,7	755	21	1.042	3.544	5.362	0,4	5.018	0,5
C.....	3,0	121.274	95.241	216.515	3,2	2.768	90	3.638	15.048	21.544	1,5	18.234	1,9
Subtotal		4.961.200	172.835	5.134.035	75,6	3.523	111	28.351	18.751	50.736	3,5	43.774	4,6
D.....	10,0	48.818	104.608	153.426	2,3	10.133	328	4.882	30.608	45.951	3,1	36.183	3,8
E.....	30,0	25.132	124.888	150.020	2,2	36.580	887	7.539	29.929	74.935	5,1	53.861	5,7
F.....	50,0	18.818	127.795	146.613	2,2	62.452	1.446	9.409	29.249	102.556	6,9	68.408	7,3
G.....	70,0	15.929	123.988	139.917	2,1	84.965	1.825	11.150	41.905	139.845	9,4	88.764	9,4
H.....	100,0	224.223	839.523	1.063.746	15,6	824.911	14.612	224.223	-	1.063.746	72,0	652.586	69,2
Subtotal		332.920	1.320.802	1.653.722	24,4	1.019.041	19.099	257.203	131.691	1.427.033	96,5	899.802	95,4
Total em 2016		5.294.120	1.493.637	6.787.757		1.022.564	19.209	285.554	150.442	1.477.769			
%.....		78,0	22,0	100,0		69,2	1,3	19,3	10,2	100,0			
Total em 2015		4.532.745	958.415	5.491.160		612.199	7.405	216.017	107.955			943.576	100,0
%.....		82,5	17,5	100,0		64,9	0,8	22,9	11,4				

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	% (1)	2015	% (1)
Maior devedor.....	1.889	-	2.138	-
Dez maiores devedores.....	3.150	-	3.489	0,1
Vinte maiores devedores.....	3.808	0,1	3.960	0,1
Cinquenta maiores devedores.....	5.210	0,1	5.232	0,1
Cem maiores devedores.....	6.820	0,1	7.048	0,2

(1) Em relação ao total da carteira - critério BACEN.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
Setor privado.....	6.787.757	100,0	5.491.160	100,0
Indústria.....	1.918	0,1	2.894	0,1
Comércio.....	366	-	423	-
Serviços.....	51	-	190	-
Pessoa física.....	6.785.422	99,9	5.487.653	99,9
Total	6.787.757	100,0	5.491.160	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Saldo inicial.....	943.576	827.088
- Provisão específica (1).....	619.604	531.875
- Provisão genérica (2).....	216.017	212.171
- Provisão excedente (3).....	107.955	82.942
Incorporação Leader (Nota 2).....	-	174.899
Constituição (líquida de reversões).....	1.223.110	889.630
Baixas para prejuízo.....	(863.816)	(773.142)
Saldo final	1.477.769	943.576
- Provisão específica (1).....	1.041.773	619.604
- Provisão genérica (2).....	285.554	216.017
- Provisão excedente (3).....	150.442	107.955
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4).....	152.550	152.431
Renovação de créditos no exercício	490.483	404.617

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional.....	127	101
Aplicações em ouro.....	55	-
Disponibilidades em moeda estrangeira.....	2.487	1.190
Total de disponibilidades (caixa)	2.669	1.291</



Banco BradesCard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
						2016	2015	2016	2015
Imagra Imobiliária Agrícola.....	127.700	276.125	45.872	35,921416	41.324	99.188	84.485	14.830	13.585
Total					41.324	99.188	84.485	14.830	13.585

11) IMOBILIZADO DE USO

Instalações	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2016	2015
Móveis, máquinas e equipamentos.....	10%	762	(247)	515	104
Sistema de processamento de dados.....	20%	44.189	(33.055)	11.134	13.716
Sistema de comunicação.....	10%	404	(401)	3	5
Total em 2016		45.713	(33.921)	11.792	
Total em 2015		43.371	(29.546)	13.825	

12) DIFERIDO E INTANGÍVEL

a) Diferido (1)

Em 2015, corresponde ao Ágio de incorporação da Gopic Participações Ltda., cujo valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 27.380 mil e amortização acumulada de R\$ 186.560 mil.

(1) Reclássificada para o ativo intangível, conforme Resolução nº 4.534 de 24 de novembro de 2016.

b) Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Ágio de incorporação (2)	Prazo	Taxa (1)	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
					2016	2015
Software (3)	1.5.2018	20%	281.857	(237.637)	44.220	31.757
Total geral em 2016			495.797	(435.527)	60.270	
Total em 2015			118.859	(87.102)	31.757	

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;

(2) Ágio adquirido na incorporação da Gopic Participações Ltda. em 30.6.2008, com cota mensal de amortização de R\$ 944 mil até 1.5.2018; e

(3) Software adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

13) DEPÓSITOS

a) Composição:

Depósitos:	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2016	2015
- À vista.....	2.342	-	-	-	-	2.342	3.577
- À prazo.....	181	1.065	666	678	103	2.693	2.890
- Interfinanceiros.....	208.706	-	-	-	-	208.706	-
Total em 2016	211.229	1.065	666	678	103	213.741	
%	98,8	0,5	0,3	0,3	0,1	100,0	
Total em 2015	3.759	1.168	744	693	103	6.467	
%	58,1	18,1	11,5	10,7	1,6	100,0	

b) Despesas com operações de captação do mercado

Depósitos interfinanceiros	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Depósitos a prazo.....	8.948	4.381
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.....	268	323
Total	9.224	4.743

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração do Banco BradesCard entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 244 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impactos representativos no resultado financeiro.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Dentre as principais teses, destacamos: PIS e COFINS no montante de R\$ 1.176.838 mil (2015 - R\$ 1.075.781 mil); pleiteia calcular e recolher as referidas contribuições sobre as receitas de prestação de serviços (faturamento), afastando a aplicabilidade das dos artigos 3º, § 1º e 8º da Lei nº 9.718/98 e ainda, recolher a COFINS utilizando a alíquota de 2% conforme prevista na LC 70/91.

IV - Movimentação das provisões

Saldo no início do exercício de 2016	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	previdenciárias (1)
Atualização monetária.....	4.206	114.626	1.177.253
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	708	13.429	109.645
Incorporação da Leader (Nota 2)	12.602	115.718	(23.326)
Pagamentos.....	-	12.489	-
	(7.422)	(127.743)	-
Saldo no final do exercício de 2016 (Notas 15a e b)	10.094	128.519	1.263.772

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Banco BradesCard são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclássificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2016, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Provisões fiscais (Nota 14b)	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 24c).....	1.263.772	1.177.253
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	170.633	130.240
Impostos e contribuições a recolher.....	1.706	39.147
Total	1.452.899	1.359.988

b) Diversas

Operações com cartão de crédito (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 14b).....	3.621.998	3.053.750
Valores a pagar - sociedades ligadas.....	138.613	118.632
Provisão para pagamentos a efetuar.....	502	940
Outras.....	42.123	7.872
Total	104.948	120.761
Total	3.908.184	3.302.155

(1) Referem-se substancialmente a Contas a Pagar aos Estabelecimentos Comerciais pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo BradesCard.

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 1.991.716 mil (2015 - R\$ 1.991.716 mil), está representado por 3.216.661.926 (2015 - 3.216.661.926) ações nominativas escriturais, sendo 1.608.330.963 Ordinárias e 1.608.330.963 Preferenciais.

b) Reservas de lucros

Reservas de lucros	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
- Reserva legal (1).....	807.077	744.851
- Reservas estatutárias (2).....	56.546	53.405
- Reservas estatutárias (2).....	750.531	691.446

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

Lucro líquido	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido.....	62.823	297.406
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(3.141)	(14.870)
Base de cálculo	59.682	282.536
Dividendos propostos sobre o lucro do exercício.....	597	2.826
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,19	0,88

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Rendas com cartões de crédito (1)	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Comissões.....	498.104	431.652
Outras.....	259.184	215.819
Total	757.961	648.197

(1) Inclui tarifas bancárias.

18) DESPESAS DE PESSOAL

Proventos	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos.....	26.508	22.085
Provisões para processos trabalhistas.....	13.347	5.843
Encargos sociais.....	8.920	7.601
Benefícios.....	6.510	6.170
Participação dos empregados no lucro.....	3.600	3.600
Outras.....	352	320
Total	59.237	45.619

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Serviços de terceiros	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros.....	334.080	254.796
Serviços do sistema financeiro.....	163.352	126.127
Processamentos de dados.....	63.146	74.327
Materiais e energia.....	63.078	49.203
Depreciações e amortizações.....	31.139	34.547
Transporte.....	29.006	24.265
Propaganda, promoções e publicidade.....	20.231	22.410
Manutenção e conservação de bens.....	14.482	18.971
Aluguéis e arrendamento de bens.....	4.450	6.000
Viagens.....	3.459	2.771
Contribuições filantrópicas.....	1.769	2.249
Outras.....	1.047	1.919
Total	5.072	5.959
Total	739.311	623.544

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Contribuição à COFINS	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
PIS.....	112.521	95.530
Impostos sobre serviços - ISS.....	18.866	15.564
Outras.....	16.138	13.339
Total	15.835	15.395
Total	161.360	139.828

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Atualização monetária sobre depósitos judiciais	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reversões de provisões cíveis.....	100.981	94.044
Reversões de provisões cíveis.....	32.841	9.584
Recuperação de encargos e despesas (1).....	17.723	83.981
Reversões de outras provisões operacionais.....	39.955	9.335
Atualização SELIC.....	16.403	13.948
Descontos obtidos.....	21.961	15.140
Reversões de despesas operacionais.....	3.347	6.043
Reversões de provisões trabalhistas.....	37	5.834
Outras.....	25.441	11.632
Total	258.689	249.441

(1) Referem-se substancialmente ao ressarcimento de despesas operacionais pelo Banco CBSS S.A., pela utilização da estrutura tecnológica do BradesCard.

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de comercialização de cartão de crédito	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Despesas de comercialização de cartão de crédito.....	160.300	284.838
Despesas de provisões cíveis.....	167.175	131.979
Atualização monetária passiva (1).....	111.912	106.055
Descontos concedidos em renegociações.....	46.017	44.879
Perdas operacionais.....	23.706	23.503
Despesas com outras provisões.....	8.910	3.849
Outras.....	33.641	18.252
Total	551.661	613.355

(1) Referem-se substancialmente à atualização das provisões de contingências fiscais.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador direto (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

Ativos	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controladores		Coligadas	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades.....	2.487	1.190	-	-
Aplicações no mercado aberto.....	271.071	180.060	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	249.131	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	141	



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(193.262)	(202.915)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias.....	74.284	68.738
Ativação do crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias.....	-	75.963
Total dos impostos diferidos	74.284	144.701
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(118.978)	(58.214)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2015	Saldo oriundo de incorporação da Leader (Nota 2)	Constituição	Realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	332.740	29.682	363.025	332.741
Provisões civis.....	47.775	4.878	18.060	15.271
Provisões fiscais.....	466.368	117	49.430	11.539
Provisões trabalhistas.....	1.787	-	2.667	17
Provisão para perdas com incentivos fiscais.....	522	-	-	522
Ágio amortizado.....	2.731	-	2.196	2.196
Outras Provisões.....	2.326	5.567	3.395	2.190
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 8)	854.249	40.244	438.773	364.489
Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a)	130.240	-	40.393	-
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	724.009	40.244	398.380	364.489

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2017.....	155.510	101.018	256.528
2018.....	155.416	100.944	256.360
2019.....	153.962	99.563	253.525
2020.....	59.781	41.604	101.385
2021.....	59.555	41.424	100.979
Total	584.224	384.553	968.777

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários é calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, e perfaz o montante de R\$ 912.269 mil (2015 - R\$ 791.951 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários do Banco Bradescard foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 170.633 mil (2015 - R\$ 130.240 mil) relativo à atualização monetária de depósitos judiciais PIS/COFINS.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de previdência complementar
O Banco Bradescard é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.
As contribuições dos funcionários do Bradescard são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradescard são de 5% do salário.
As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.
As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2016 totalizaram R\$ 812 mil (2015 - R\$ 781 mil).

b) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. O Banco Bradescard, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.568/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.073/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Jorge Andrade Costa – Contador – CRC 1SP159543/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradescard S.A.
Barueri - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradescard S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade total e transparência, com um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 38 **Página 33**
São Paulo, sexta-feira, 24 de fevereiro de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO